



# Biograph



---

## TRAÇOS BIOGRÁFICOS DO DIRETOR DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: JOSINO DO NASCIMENTO SILVA

Vinicius Teixeira Santos - IFF/UCP - [vteixeira@iff.edu.br](mailto:vteixeira@iff.edu.br)

### Introdução

Este texto constitui um desafio atravessado por pelo menos três aspectos básicos. Em primeiro lugar, por se tratar da minha primeira experiência na escrita de cunho biográfico. Como consequência imediata, se configura num aprendizado em todos os sentidos que esse vocábulo possa abarcar. O segundo aspecto pode ser compreendido nas dificuldades em investigar, refletir e escrever sobre um personagem importante (embora relativamente desconhecido) para a história da educação do Estado do Rio de Janeiro e que ocupou o cargo de diretor da Instrução da Província do Rio de Janeiro entre os anos de 1874 e 1885. O terceiro aspecto se configura nos processos complexos que envolvem a apreensão da (auto) biografia de Josino do Nascimento Silva a partir das suas intervenções públicas, seus escritos oficiais e na aparente ausência de escritos mais íntimos. Dito de outra forma, os escritos elaborados sem a intenção de serem publicados (cartas, diários etc.) ou mesmo documentos em que o biografado tenta recuperar voluntariamente a própria trajetória pessoal, formativa e profissional, impõe problemas de ordem teórica e metodologia que não podem ser secundarizados na elaboração dos fios condutores que podem indicar a biografia de Josino.

Para tal intento este texto está dividido em quatro seções. A primeira explicita o encontro entre “biógrafo” e analisando as fontes consultadas e as questões teóricas e metodológicas que envolvem a investigação. A segunda seção discute o espaço social da Diretoria da Instrução onde eram produzidos os Relatórios da Instrução da Província do Rio de Janeiro no século XIX. A seção seguinte tem por objetivo identificar a causa que mobilizava Josino, apontando, inclusive, o “legado” e encaminha algumas reflexões do biografado que ganhariam guarida no século XX.

### Encontro com Josino do Nascimento Silva

Relatar os encontros com Josino do Nascimento Silva é, também, explicitar parte da trajetória da investigação realizada pelo próprio biógrafo do diretor que se concatena com os documentos que se tornariam a fonte principal de pesquisa.

Localizei os Regulamentos da Instrução no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, que é responsável por um importante acervo da legislação da Província do Rio de Janeiro, os Relatórios dos diversos presidentes de Província e os Relatórios da Diretoria da Instrução provincial fluminense.

A leitura desses artefatos culturais se configura como um processo que envolve uma postura de percepção da historicidade do próprio texto. Isto implica considerar a relação das fontes históricas com questões políticas, ideológicas, culturais, econômicas, culturais e sociais.

Entre 1861 e 1889, aparecem anexados, em sequência ao relato do presidente da Província, os Relatórios da Diretoria de instrução endereçados ao Presidente da Província do Rio de Janeiro. Foi nesse processo de investigação que entre os de 1874 e 1885 tive acesso a todos os relatos produzidos por Josino. Mas, por que ele e não os outros diretores? A escolha foi em função de dois fatores básicos. Josino, em seus relatos, se destacou por realizar mais reflexões sobre a instrução em geral. Além disso, em sua escrita é possível notar tons carregados por formas emocionadas e emocionantes sobre a instrução. O segundo aspecto, relaciona-se com o fato do período (em especial o ano de 1876) ser considerado, pelo autor deste texto, como o ápice das reformas na legislação provincial na tentativa de forjar a “inspeção eficaz” da instrução na Província fluminense.

A estrutura administrativa do Império brasileiro, através do artigo 165 da Constituição de 1824, estava estabelecida em núcleos regionais diretamente subordinados ao imperador. Esses foram denominados de Províncias (algo semelhante divisão dos estados no Brasil atual) que exerciam o poder executivo por presidentes das Província nomeados pelo Imperador, configurando-se como a principal autoridade regional. Entre as atribuições conferidas ao presidente provincial destaca-se o artigo nº 80 (NOGUEIRA, 2012, p.73) que previa a apresentação do Relatório presidencial a Assembleia Legislativa da sua respectiva Província. A partir de 1835, os Relatórios da Província do Rio de Janeiro começam a ser produzidos como exigência decorrente dessa mesma legislação.

Todos os Relatórios citados acima estão microfilmados e disponíveis em acervo digital<sup>1</sup>.

Assim, os documentos principais que são utilizados como fonte de pesquisa para identificar os traços (auto) biográficos de Josino constituem escritos oficiais, públicos e tendo prioritariamente o presidente da Província como leitor e de forma indireta a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro.

Apesar desses aspectos da documentação, argumenta-se neste texto que ela pode ser considerada, também, como egodocumento, pois:

Consoante Pretter ego-documentos são textos escritos, nos quais o “EU”, o escritor/ escrevente, está continuamente presente no texto como o escritor sujeito, escrevendo e descrevendo a matéria. Schulze ampliou a definição de Pretter, nela integrando os documentos produzidos pelo autor, livremente ou não, isto é, produzidos de modo involuntário e não intencional. Assim,

---

<sup>1</sup> Idem.

encontramos também textos judiciais e administrativos como base de análise historiográfica no corpus de egodocumentos de Schulze. Para Schulze, o aspecto mais relevante de um ego-documento é a ideia de ‘ego-percepção’, quer dizer da percepção individual e subjetiva – que deixa marcas nos textos. (GROBE, 2015, p.23-24).

Nesse sentido os escritos de Josino a frente da diretoria da instrução provincial fluminense constituem desafios instigantes, pois um olhar mais próximo da sua trajetória e uma leitura mais acurada da sua escrita oficial permite uma maior compreensão do entrecruzamento entre a esfera profissional e a política naquele período. Na próxima seção serão articulados esses aspectos.

### **Diretor da Instrução**

Antes de adentrar aos escritos produzidos pela diretoria da instrução, é necessário contextualizar as formas pelas quais os cargos no ordenamento jurídico, político e administrativo eram ocupados.

A designação de doutor ou bacharel nos Relatórios é constante. Este dado não é banal, pois como demonstrou Carvalho (2013). Principalmente porque custava muito caro e exigia uma longa jornada e disciplina que passava por estudos com professores particulares, por algum liceu ou o Colégio Pedro II, até completar seus estudos na Europa. Ou seja, o acesso ao Ensino Superior era restrito.

Dentre os cargos da estrutura burocrática da administração provincial, entre eles o da diretoria da instrução pública, não é simples mensurar o peso político que tinham no governo. Principalmente porque as informações disponíveis não são suficientes. Segundo o mesmo autor, grande parte deles continuou nas funções intermediárias da administração regional, o que nos remete às possibilidades dos agentes se movimentarem num campo no sentido atribuído por Bourdieu, explicitamente hierarquizado e que dependia do capital cultural em seu estado institucionalizado: diplomas ou certificados escolares que conferem formalmente aos seus possuidores um valor social das competências para ocupar determinadas posições dentro de um determinado campo e neste caso o da administração pública imperial (BOURDIEU, 2007). Não é fortuito que um emprego público fosse procurado como fonte estável de rendimentos, inclusive pela maioria dos escritores daquela época.

É possível perceber três características que se destacam na Diretoria de Instrução. O primeiro era a estabilidade no cargo (pelo menos entre 1858 e 1889). O diretor Thomas Gomes dos Santos ocupou, pelo menos, a função por quinze, foi substituído por Josino que ficou por onze anos até o seu afastamento por problemas de saúde e este foi substituído por Manuel Ribeiro de Almeida (1886-1889). A segunda se refere ao fato do cargo ter sido ocupado por uma elite econômica, social e intelectual, pois os três diretores possuíam formação em curso superior. E, por fim, ocupar o cargo não pode ser visto apenas pelo mérito derivado do capital institucionalizado e sim como este se articulava à rede de sociabilidade que era tecida a partir da posição de cada indivíduo no espaço social.

Após este breve panorama mais geral sobre o lugar social das autoridades Provinciais descrever a trajetória de Josino também é necessário. Nascido no município de Campos, cidade que se destacava no cenário econômico e político do Império, e faleceu em 1886. Formado em Ciências Sociais e jurídicas pela academia de São Paulo, iniciou sua carreira em 1834 e ocupou vários cargos na magistratura (promotor público, juiz municipal na Corte, procurador da Fazenda Nacional, oficial maior da Secretaria da Justiça no qual foi aposentado) e advogado do Banco do Brasil. Além desses cargos, foi deputado provincial, deputado geral, presidente da Província de São Paulo (1853-1854), presidente da Província do Rio de Janeiro (1871-1872) e diretor da instrução desta última entre os anos de 1874 e 1885. Destacou-se também por fazer parte do Conselho do Imperador, comendador da Ordem de Cristo, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e fundador e sócio do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Além dos Relatórios provinciais a sua produção escrita sobressai à jurídica (BLAKE, 1899, p. 239).

A descrição acima permite mapear as condições que forjaram o diretor da instrução. Nasceu em um município importante econômica e politicamente da Província fluminense e mesmo do Império. Estudou no curso de Direito de São Paulo o que permite não só deduzir sua origem social entre os extratos mais abastados da sociedade imperial, mas também, pelas configurações que aquele curso encerra. Em primeiro lugar, pela “naturalização” nas décadas oitocentistas, como pré-requisito para ocupar cargos públicos que o curso permitia. E o próprio lugar social específico daquele curso no Império brasileiro (ADORNO, 1988).

A formação de Josino parece ter deixado mais marcas, inclusive, em seu olhar e até mesmo nos momentos de controvérsias e tensões. Entre todos os Relatórios produzidos por ele, um em especial chama atenção: o de 1878. Neste ano ele enuncia de forma dramática que o “inimigos implacável” da escola é a “indiferença dos os pais de família” (SILVA, 1878, p. 4-5). Naquele mesmo ano, em Relatório da Presidência da Província, o Conde dos Prados havia exonerado quatro dos seis Inspetores Gerais (cargos criados em 1876 e que teve em Josino um grande incentivador). O diretor da instrução parece em alguns trechos discordar de algumas medidas deliberadas pelo presidente e provavelmente por força da subordinação hierárquica que estava sujeito o experiente e habilidoso diretor terminava a frase de forma seca e objetiva. “*Cumpri a ordem*”. Essa não parece ser a forma usual utilizada por Josino do Nascimento Silva quando tinha alguma tensão em outros relatos.

As duas autoridades parecem debater naquele relato apresentado a Assembleia Provincial. Josino, por exemplo, inicia o tópico sobre o estado da instrução: “*Em cumprimento das ordens de V. Ex., dividi em duas grandes circumscrições*” (SILVA, 1878, p. 18). A pós descrever o quanto agiu para que todas as escolas fossem cobertas pela fiscalização dos dois inspetores gerais, ele não só questiona o formato do processo, mas dialoga e questiona alguns fundamentos da inspeção proposta pelo presidente. Pode ser que tenha havido algum diálogo entre os dois, quando Prados mudou a configuração da inspeção geral, pois, claramente, fica evidente, que apesar do texto escrito por Josino ter sido escrito antes do documento da presidência, há uma espécie de “conversa” entre os dois textos. Para facilitar a exposição segue abaixo os dois de trechos representativos das duas autoridades provinciais. Eis o primeiro “debate”:

[...] É forçoso confessar que a inspecção pelo modo porque está estabelecida não satisfaz; e parece que nunca esteve no espírito de V. Ex. dar o processo actual como o que deve decretar-se para substituir o determinado pela deliberação de 1 de Agosto, que se reconheceu impraticavel e desvantajoso. (SILVA, 1878, p. 19).

[...] Não preenchi pois, as vagas deixadas; e, para respeitar o principio da lei provincial que os creou, conservei apenas dous, reduzindo o numero das visitas e supprimindo algumas attribuições fora da simples inspecção e fiscalização das escolas, até que a Assembléa provincial em sua sabedoria providenciasse, ordenando o preenchimento, pela reprovação do acto presidencial; ou o aprovasse modificando o systema de inspecção e substituindo-o por outro mais adaptável ás necessidades desse serviço (PRADOS, 1878. P. 50).

Mesmo em um assunto que pareciam concordar transparece uma espécie de resposta de Prados a Josino:

[...] A inspectoría municipal, como já a tivemos em principio, seria sem duvida a mais util e mais consoante com interesses da sociedade; mas as circumstancias financeiras da provincia devem ser consultadas e não permitem gandes despesas (SILVA, 1878, P. 20)

Começarei por dizer-vos que uma inspecção efficaz, zelosamente feita, deve ser bem retribuída, e não foi pelo simples principio de economia que deixei de preencher as 4 vaga na inspecção geral (PRADOS, 1878, p.51).

O relato daquele ano de Josino parece ser muito mais carregado de formalidades do que em outros escritos produzidos por ele, inclusive, o da sua nomeação na Diretoria da Instrução (Silva, 1874, p. 3) em que ele expõe na sua escrita uma aproximação de amizade com o então presidente da Província Manoel José de Freitas Travassos. Ou uma escrita mais amena com o presidente Francisco Xavier Pinto Lima (SILVA, 1876, 3-10) e com mesmo no ano seguinte em ato de solidariedade na aplicação de uma medida geradora de tensão e contraditória com a própria ideia de ampliar o número de escolas na Província: “[...] *Terá V. Ex. a dolorosa necessidade de determinar a suspensão do ensino nas escolas que excederam o numero da lei. Farei então a necessária proposta, para tomar tambem parte na responsabilidade*” (SILVA, 1877, p.20). Coincidência ou não, os dois presidentes citados acima também possuíam a mesma formação de Josino: direito.

Ou seja, não parece fortuito que Josino ficasse incomodado com a não observância de alguns preceitos legais por parte do Conde dos Prados e mesmo a suas medidas adotadas. Prados fazia parte de um grupo diminuto que ocupara a presidência da Província: não possuía formação Jurídica. Ele era formado em medicina e não teve, por isso mesmo, sua trajetória marcada pela passagem na magistratura imperial. A esse respeito é Sergio Adorno

que mais uma vez me ajudou a compreender esse lugar social ocupado por Josino e que marca sua vida profissional, assim o:

[...] Bacharel que fez da política vocação, lutou pelo êxito das causas e que se apaixonou e transformou a política em atividade ética, em verdadeira cruzada civilizatória. [...] No meu entender, a natureza quase exclusivamente jurídicista do liberalismo brasileiro e as características da vida acadêmica, no século passado, respondem pela formação desses intelectuais (ADORNO, 1988, p. 75).

Desta forma, essa constitui a primeira linha que utilizo para tecer a biografia de Josino: sua formação. Além dela remeter as suas origens sociais e econômicas como já exposto anteriormente, ela configura a sua percepção da realidade, a sua escrita e até mesmo as relações que mantém com aqueles estão fora do campo da formação jurídica (com todos os desdobramentos possíveis). Não é possível a tessitura da sua atuação sem esse dado importante. Inclusive nas análises que faz sobre os limites da execução de leis, como a penalidade dos pais que não levam os filhos a escola ou mesmo na redação da reforma que proporia na década de 80 do Oitocentos.

### **A grande causa: a frequência escolar**

É possível interpretar o que mobilizava e motivava Josino durante sua gestão a frente da diretoria da instrução: garantir que as escolas públicas se tornassem o lugar legítimo para a instrução. E para isso, precisava também, ter boa frequência. Para tentar alcanças esses objetivos olhará o estado da instrução e concentrará esforços para que esse objetivo fosse realizado. Assim, sua atuação pode ser descrita como uma moeda de dupla face.

A primeira, lutar contra a “indiferença dos pais de família” em relação à escola. Entre os vários relatos, escolhi um que é objetivo, dramático e beira as exagerações para produzir efeitos naqueles que eram os ouvintes primários: presidente da Província e a Assembleia Legislativa Provincial. O trecho a seguir é relativamente longo, mas como nenhum outro possui força tão emblemática e discursiva:

Em meu conceito, senti-o desde que encetei o exercício d’este cargo, tenho-o dito por mais de uma vez, e as lições da experiência m’o tem confirmado, em meu conceito o mais implacável adversário que encontram o patriotismo do legislador, a energia do administrador e o zelo dos seus delegados é a indiferença desesperadora com que a família vê e trata a escola. Desejam-a, querem mais de uma na proximidade do domicilio; mas, tendo-a, deixam-a no mais ingrato abandono, contentando-se apenas, quando o fazem, de dar os nomes dos filhos à matrícula, reservando o direito de os não mandar a aula. Não há lei, não há acção que tenha força, dadas as nossas circunstancias, contra a cegueira dos pais, filha de hábitos velhos, e que só com o tempo e muito lentamente se irão desaraigando. E o erro, a culpa depara com milhares de escusas, que simulam justificação aos próprios que as allegam. São transacções com consciência. Ora é a estação que corre mal e póde

prejudicar a saúde do menino, ora são as enfermidades que grassam na localidade e de que é necessário preservá-lo; aqui é chegado o tempo da colheita e são necessários os serviços dos filhos, ali é a pobreza que não os mandam porque o professor lhes desagrada, ou não ensina e traz os discípulos em atraso, outros porque nunca souberam ler e escrever, assim tem vivido, grangeando os meios de subsistência e não reconhecem a necessidade da instrução primária: querem os filhos para homens de trabalho e não para doutores. (SILVA, 1878, p. 4-5).

Caso a exposição do diretor fosse lida como se expressasse, de fato, a realidade, dever-se-ia concluir que o grande entrave para a difusão da instrução, por intermédio das escolas, era a negligência das famílias. Ou melhor, nas palavras tensas e emocionadas de Josino, “o mais implacável adversário” é “a indiferença desesperadora com que a família vê e trata a escola”.

Além disso, nesse jogo de hierarquias sociais, culturais e políticas é necessário relativizar duplamente, também, porque os pais “*querem os filhos para homens de trabalho e não para doutores*”. O vocábulo doutor não pode ser pensado como se estivesse no horizonte de Josino que as classes populares pudessem chegar ao bacharelado. Por isso, o sentido que pode ser captado se consubstancia na proposta da difusão de uma modalidade de instrução específica: a elementar. Igualmente, porque em nenhum dos Relatórios é possível identificar que estivesse nos objetivos da instrução primária e mesmo da secundária, a finalidade de preparar as classes populares para ingressarem no Ensino Superior, fundamental para se ocupar os cargos mais importantes na administração provincial. Trocando em miúdos, não estava no horizonte tornar as classes populares “dirigentes”.

É prudente também relativizar a interpretação do diretor da instrução e desconfiar que seja mera negligência ou que os pais não desejavam o melhor para a sua própria prole. Inclusive pela possibilidade dos pais poderem educar seus filhos em casa, mas isso esbarra na condição de classe que permite contratar provedor a instrução doméstica (GOUVÊA, 2007, p.135).

No registro oficial do próprio Josino, relativiza a negligência ou indiferença das famílias em relação à instrução escolar:

A supressão do ensino em varias escolas, por alguns attribuida a cálculos de economia exigidos pelas circunstancias financeiras da Provincia, quando o orçamento protesta victoriosamente contra tal supposição, trouxe á presença do Governo algumas (infelizmente muito poucas) representações de Camaras Municipaes, e muitas de pais de família, sollicitando o restabelecimento do ensino em suas escolas, confessando contudo o facto da pequena frequênciã, e promettendo que o futuro demonstraria o apreço que davão á ellas, satisfação imprescindível de reconhecida necessidade para os povos (SILVA, 1875, p. 4).

E mais, a “indiferença e negligência”, precisam ser compreendidas pela lógica das necessidades concretas daquelas famílias. Possivelmente, na percepção daqueles pais (citados de forma genérica) a escola não representava, de fato, um ganho maior, nem para a sobrevivência e nem para cuidar dos “negócios do Império<sup>2</sup>”. Dito de outra forma, em uma escola que produz poucos frutos, e até mesmo os intelectuais não são colhidos, os pais, a partir das suas reais condições de vida, podem não visto, naquele momento histórico, sentido em suas práticas e necessidades cotidianas. Ou seja, não pode ser lida como uma verdade absoluta<sup>3</sup> e, por outro lado, a legitimação da escola como um espaço necessário à instrução popular, não seria realizada sem conflitos, resistências, disputas e até mesmo acomodações.

E mais, no jogo das hierarquias sociais, a instrução primária na escola era uma luta travada em duas arenas distintas e com implicações diferentes. Para o povo era esta a modalidade básica que poderia, em tese acessar. A alternativa era, na maioria dos casos, a ausência de instrução elementar. Já para as elites o debate centrava-se entre a instrução na escola pública ou nas formas em que estavam habituados a educar seus filhos: educação particular ou doméstica (VASCONCELOS, 2005, p. 3).

Desta forma, no discurso oficial, as diversas classes sociais são levadas à direção política desejada (não necessariamente realizada plenamente e muitos menos sem lutas e resistências), mas mantendo suas hierarquias e posições sociais, inclusive, com a possibilidade de escolhas mais ou menos autônomas, a partir da inserção dos diversos extratos sociais na estrutura vigente, sem prejuízo da posição ocupada por cada indivíduo em um determinado campo (BOURDIEU, 1993, p. 2). E, neste caso, também o educacional. Condicionando com isso, aqueles que seriam os dirigentes e aqueles que, de alguma forma, se subordinariam a direção dominante.

Decorre daí, que a implantação e legitimação da escola formal como modalidade de educação, foi ao longo de todo o século XIX, tornando-se dominante, embora tendo ocorrido em meio a clivagens, lutas e resistências entre as classes e os diversos agentes educacionais.

Desta forma, fica evidenciado o outro fio que conduz a sua biografia na gestão da instrução provincial fluminense: instruir as classes populares como parte de um projeto articulado com os interesses das elites provinciais no século XIX.

---

<sup>2</sup>Nas conferências populares, fica claro quem deveria dirigir os negócios do Estado: “Desde que os cidadãos activos têm de intervir na direcção dos negócios, cumpre que se achem devidamente habilitados para essa gloriosa missão” (CORREIA, 1876b, p. 91). Ao especificar quem eram os cidadãos activos, o conferencista estabelecia o nexo de classe. Pois, activos eram os cidadãos proprietários e livres (MATTOS, 1994). E coerente com as vinculações de classe que a ocupação do aparato estatal possuía no Brasil Império, Manoel Francisco Correia, em outra conferência era categórico: “Uma nação, na qual a mocidade que cursa as aulas superiores, e é aquella que tem de encarregar-se um dia da direcção dos públicos negócios” (CORREIA, 1876a, p. 25). Assim, homens livres e proprietários (os cidadãos activos) eram aqueles que estavam no horizonte para a “direção dos negócios”.

<sup>3</sup> O próprio Josino no relato anterior ao de 1878 possuía opinião diferente: “Penso também que a negligencia dos pais concorre alguma cousa para a falta de matricula e ainda mais de frequência; parece-me porém que é de tão pequena importância esta causa, que o seu exame nem ao menos merece instantes de demora (SILVA, 1874, p.14).

A segunda face da moeda que configura a atuação de Josino é as suas constantes tentativas de edificar um aparato jurídico, político e administrativo para forjar a “*Inspecção Eficaz*”. Sem dúvida, este será um dos assuntos que mais ocupou as reflexões, ações e medidas de Josino tanto no plano pessoal quanto no profissional. Josino perseguirá este ideal de todas as maneiras possíveis, participando de congresso, lendo o que era produzido em congressos internacionais etc. Ele era categórico sobre essa temática: “As escolas sem inspeção e fiscalização apenas vegetam” (SILVA, 1879, p. 4).

O ano de 1876 constitui o auge das tentativas de tentar aperfeiçoar a inspeção. Por um lado, por ser um regulamento extenso, mas pelas orientações dadas aos Inspetores Gerais (seis no total) que Josino instituiu. Anexado ao Regulamento de 1876 (Rio de Janeiro (Província), 1876b) está um roteiro pormenorizado do que os “*olhos e a mãos da autoridade*” deveriam observar e anotar, baseado no artigo nº 22 § 1º. Assim, em suas fiscalizações, os inspetores gerais deveriam registrar em relatório a data e lugar; as pessoas que o acompanharam; a presença do professor e dos alunos; o número de matriculados e de frequência; as condições da casa escolar; o estado das mobílias e utensílios; o custeio; a escrituração dos livros de expediente; a divisão das classes; os horários; os métodos e processos de ensino; a lição de pedagogia prática; a ordem e regularidade da escola; a disciplina e a alocação proferida.

Ainda naquele mesmo ano no anexo do Relatório produzido por Josino do Nascimento Silva a frente da Diretoria da Instrução: “Instrução aos inspetores gerais”, (SILVA, 1876, p. 1-5).

Josino inicia a orientação, argumentando que o Regulamento de 1876 ainda não estava publicado, por isso não poderia se limitar apenas a nomear para o cargo, mas, sim, orientar na esperança de que “hão de dirigir-se no desempenho da tarefa confiada a sua solicitude e zelo”. É possível perceber na estrutura do documento a mesma que seria consolidada pelo Regulamento de 1876. Contudo, mais do que repetir as prescrições que se consolidariam na Lei, o documento consiste na interpretação e recomendação de um agente público que ocupava o lugar mais importante da Diretoria da Instrução.

No texto, Josino reflete sobre a visão geral (sem especificar de quem) que a inspeção da instrução nas escolas vinha tendo e da equiparação desta com os procedimentos semelhantes aos inquéritos policiais, destinando-se a investigar delitos dos professores.

A arquitetura discursiva construída por Josino do Nascimento Silva tentava mostrar a feição mais amena e missionária da inspeção, mas não negava, taxativamente, a função policiaesca da fiscalização. Ao contrário, não negava a sua necessidade, mas procurava colocá-la a serviço da feição considerada a mais importante, como expressava o Regulamento de 1876: “Art. 24. Os inspectores geraes em visita, com indispensável discrição, se informaram de pessoas insuspeitas e dignas de credito por sua moralidade e independência, qual o procedimento civil e moral do professor” (RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA), 1877b, p. 283).

Os agentes da inspeção da instrução eram orientados, inclusive, a não esmorecer se nas primeiras visitas o auditório das preleções fosse diminuto. Porém, deveriam procurar os locais que fossem mais acessíveis a todos (professores e alunos estavam obrigados a ouvir

as mesmas). O primeiro discurso proferido pelos inspetores poderia ser para mais de uma escola reunida, sendo as preleções subsequentes realizadas por escola.

Durante a inspeção, o diretor da instrução, sugeria cautela quando fosse necessário repreender os professores, principalmente, porque as atividades dos inspetores deveriam ser realizadas na escola e os alunos “*ordinariamente desejão encontrar o professor em falta*”. Por isso, para manter a autoridade do professor, as comunicações e advertências deveriam ser feitas em particular.

Ainda durante as inspeções, deveriam investigar os alunos para averiguar o que sabiam ou se o conhecimento era apenas memorizado. Se durante os exames realizados junto aos alunos, fossem notados “alguns defeitos” no ensino das matérias, os professores deveriam ser advertidos, convencendo-os da improficuidade do ensino realizado e que isso teria implicações que poderiam ser notadas no acanhamento da inteligência dos discípulos, ou mesmo pela retenção dos alunos na escola mais do que era considerado razoável. Recomendava-se observar o professor proferindo alguma lição e analisar a ordem e a disciplina em sala. Caso achasse algum defeito, o inspetor, de maneira particular, deveria corrigir o professor. O inspetor poderia, ainda, repassar as instruções dadas pela Diretoria da Instrução se fosse necessário ao cumprimento das tarefas exigidas pela inspeção e fiscalização, e o tempo gasto nessas ações era considerado em benefício da instrução.

Evidenciando que a inspeção da instrução primária na Província do Rio de Janeiro possuía um caráter policalesco. As referências a investigações sobre a vida dos professores dentro e fora da escola eram constantes. Não há nenhuma palavra sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores em seu cotidiano. O silenciamento sobre essas questões corrobora com as impressões controladoras por excelência da inspeção da instrução.

Outro fio que ajuda compreender a (auto) biografia de Josino pode ser percebido nos seus escritos, a demonstração de que estava inteirado sobre o assunto, inclusive no que era discutido em termos internacionais. É representativo, que ele tenha exposto em seu relatório de 1881, as discussões travadas no Congresso realizado naquele mesmo ano, em Paris, onde professores primários eleitos por seus pares iriam discutir duas questões centrais e enviar suas contribuições ao governo. Uma dessas temáticas era “*Meios de assegurar a frequência escolar*” (SILVA, 1881, p. 24).

E por fim, um último fio que ajudam a tecer um esboço auto (biográfico) de Josino do Nascimento Silva a frente da Diretoria da Instrução: as reflexões pedagógicas. Sem entrar no mérito se as propostas dele são pertinentes ou não. O experiente diretor da instrução procurava demonstrar em seus escritos que mesmo um ação fiscalizadora da inspeção da instrução não pode ser reduzida aos controles burocráticos e administrativos, mas a dimensão didática e pedagógica precisam ser consideradas, também, no próprio processo daquelas ações. Dizia ele, ao criticar a rotina dos professores “*Deus queira que os inspectores geraes, com as lições de pedagogia a que são obrigados, consigão demonstrar-lhes o erro e arrancar-os da escravidão*” (SILVA, 1876, p. 5). E dois anos depois ao criticar o sistema de inspeção:

[...] Actualmente a inspecção geral limita-se a visitar a escola, examinar a casa e verificar se está allugada por justo preço, os livros do expediente, o atrazo ou adiantamento das crianças, e por

elle ajuizar dotes do professor, as faltas de mobilia, de livros para o ensino, de objectos de custeio. Não é esta porém a inspecção exigida por bem do serviço público (SILVA, 1878, p. 19).

Como consequência vislumbrava que a escola normal realizasse a tarefa de discutir essas questões:

Desconhecendo ou desviando os cursos normaes do seu fim principal, querem taes conselheiros reduzil-os a escolas primarias superiores, onde os alumnos venham rectificar ou aperfeiçoar o que aprenderam, sem curar de pedagogia que para elles é palavra sem sentido. (SILVA,1879, p. 16).

Fica evidenciado que Josino do Nascimento Silva, ao exercer o cargo de diretor da instrução da Província do Rio de Janeiro, parecia demonstrar que a instrução das classes populares era um assunto muito caro para ele. Por isso, procurava compreendê-la em vários aspectos, entre eles, a inspeção da escola e a formação de professores. Muito embora, tenha dedicado poucas linhas as dificuldades dos professores.

### **Considerações Finais**

A pesquisa sobre o diretor da instrução ainda está em andamento, inclusive, pelas dificuldades em acessar maiores informações sobre Josino do Nascimento da Silva. Por isso, são elencados de forma breve neste tópico algumas das suas reflexões e sugestões que atravessaria o século XIX.

Mas os traços (auto) biográficos de Josino articulam de maneira emblemática a sua trajetória pessoal, formativa, social, cultural e que tinham claros desdobramentos na sua atuação profissional. Inclusive pela demonstração em seus relatos da sua pesquisa, do seu interesse pela instrução pública. Isso, não significa secundarizar o lugar social de onde produzia seus discursos e como eles, por isso mesmo, não eram texto neutros. Antes, remetem aos interesses aos quais estavam concatenados.

Nas ponderações pertinentes de Maria Celi Chaves Vasconcelos e que serve servem muito bem para o término deste texto:

Quanto as suas possibilidades autobiográficas, Levi (2000) afirma que houve épocas em que se podia narrar uma vida abstraindo-se de qualquer fato histórico, assim como, mais recentemente, era possível relatar um fato histórico sem qualquer referência ao destino individual. Para o autor, vive-se, hoje, um momento intermediário (VASCONCELOS, 2014, p. 110).

Desta forma, os traços (auto) biográficos de Josino do Nascimento Silva vão muito além de um biografia de um ilustre desconhecido, antes, se configura em uma ponto de observação social da instrução e da própria sociedade fluminense na Província do Rio de Janeiro na segunda metade do Oitocentos.

## Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do Poder: o Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BLAKE, Augusto Victorino A. Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Vol. 5, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

BOURDIEU, P. *Os três estados do capital cultural*. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs). *Escritos de educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. *A escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma reescrita*. Revista em questão, Natal, v.28, n14, p 121-146, jan\ jun.2007.

GROBE, Sybille, *Cartas e correspondência ordinária como ego-documentos na análise linguística*. Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 11, número 2, dezembro de 2015, p. 22-41. ISSN 2238-975X 1. [<http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>]

LIMA, Edson Schümann (org.). *A provincial fluminense: administração provincial no tempo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Público, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: ACCESS. MATTOS, 1998.

\_\_\_\_\_. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições brasileiras, v.1: 1824*. Brasília: Senado Federal (Subsecretaria de Edições Técnicas), 2012.

PRADOS, Visconde de. *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigésima segunda legislatura no dia 08 de setembro de 1878*. Rio de Janeiro: Tip. da Reforma, 1878.

RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). *Regulamento da Instrução Pública de 16 de dezembro de 1876*. In: *Coleção de Leis, Decretos, Atos e Decisões do Governo da Província do Rio de Janeiro de 1876*. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1877b.

SILVA, Josino do Nascimento. *Relatório da Diretoria da Instrução*. In: AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de. *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da vigésima legislatura no dia 8 de setembro de 1875 pelo vice-presidente, Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja*. Rio de Janeiro, Tip. do Apostolo, 1875.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria da Instrução*. In: Francisco Xavier Pinto. *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigésima primeira legislatura no dia 22 de outubro de 1876*. Rio de Janeiro: Tip. do Apostolo, 1876.

\_\_\_\_\_. *Relatório da diretoria de instrução*. In: LIMA, Francisco Xavier Pinto. *Exposição com que Francisco Xavier Pinto Lima passou ao Francisco Antonio de Souza, 3º vice-presidente a administração da mesma Província, em 08 de janeiro de 1877*. Rio de Janeiro, Tip. Montenegro, 1877.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria da Instrução*. In: PRADOS, Visconde de. *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigésima segunda legislatura no dia 08 de setembro de 1878*. Rio de Janeiro: Tip. da Reforma, 1878.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria da Instrução*. In: ANDRADE, Américo de Moura Marcondes de. *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da vigésima segunda legislatura no dia 08 de setembro de 1879 pelo presidente, Américo de Moura Marcondes de Andrade*. Rio de Janeiro: Tip. Montenegro, 1879.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria da Instrução*. In: CAMPOS, Martinho Alvares da Silva. *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigésima terceira legislatura em 8 de agosto de 1881*. Rio de Janeiro, Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1881.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e os seus mestres. A educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

\_\_\_\_\_. *A escrita cotidiana no Diário de Lembranças da viscondessa de Aronzelo: fragmentos (auto)biográfico de um egodocumento*. In: (Auto) biografia, literatura e história. Curitiba: Editora CRV, 2014.